

Jaguari Energética S.A.

CNPJ nº 04.324.226/0001-07 – NIRE 43.300.042.162

Balço Patrimonial - 30 de setembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)			
	2019	2018	
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	8.735	11.353	
Estoques (Nota 4)	241	243	
Partes relacionadas (Nota 6)	3.997	3.273	
Impostos e contribuições a recuperar (Nota 8)	2.064	970	
Outros ativos circulantes	2	1	
Total do ativo circulante	15.039	15.840	
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 7)	1.653	2.185	
Depósitos judiciais	645	644	
Imobilizado (Nota 5)	4.746	6.733	
Total do ativo não circulante	7.044	9.562	
Total do ativo	22.083	25.402	

Demonstrações do Resultado Abrangente			
Períodos findos em 30 de setembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)			
	2019	2018	
Lucro líquido do exercício	1.024	1.435	
Resultado abrangente total	1.024	1.435	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 30 de setembro de 2019			
(Valores expressos em milhares de reais)			

1. Contexto operacional: A Jaguari Energética S.A. ("Companhia" ou "Jaguari") foi constituída em 20 de dezembro de 2000, tendo como objetivo principal o estudo, planejamento, projeto, construção e operação de sistemas de geração de energia elétrica. O prazo de duração da Companhia, bem como a implantação e exploração da Pequena Central Hidrelétrica (PCH), Furnas do Segredo, será o equivalente ao período da concessão emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), outorgada inicialmente por 30 anos, prorrogáveis a critério da referida agência, conforme Resolução nº 314 de 25 de agosto de 2000. Adicionalmente, a Companhia está sujeita às regras editadas por órgãos competentes que, direta ou indiretamente, venham a dispor sobre a exploração de aproveitamentos hidrelétricos. A ANEEL é uma autarquia sob o regime especial vinculada ao Ministério de Minas e Energia, com sede no Distrito Federal, criada pela Lei nº 9.427 de 26 de dezembro de 1996, que tem por finalidade regulamentar, criar e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica. Qualquer alteração ou modificação do objeto social da Companhia pelos acionistas está sujeita à prévia e expressa aprovação da ANEEL. **Contrato de Compra e Venda de Energia (Power Purchase Agreement (PPA)):** Está em vigor o Contrato de Compra e Venda de Energia (Power Purchase Agreement (PPA)) nº JAGUARI-001/01, assinado com a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), empresa concessionária de serviços públicos de energia elétrica, em 5 de novembro de 2001. O prazo de 28 anos de vigência do contrato, a contar da data de início das operações comerciais da Jaguari, em setembro de 2005. Em 30 de novembro de 2006 foi aprovado o Termo de Cessão do contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica entre a CEEE e a Jaguari em favor da CEEE-D Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica, onde a Jaguari tem a obrigação de entregar a CEEE-D a energia assegurada pela ANEEL, mensalmente. O valor da venda para CEEE-D é realizado com base na tarifa monômnia pelo total da energia assegurada obrigatoriamente registrada na CEEE pela Jaguari. A tarifa é reajustada anualmente pela variação do Índice Geral de Preço ao Mercado (IGP-M), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Os montantes relativos à demanda de potência não são objeto de contrato. A energia elétrica é fornecida à CEEE-D no município de Jaguari, em ponto convenientemente adequado à conexão com a rede distribuidora local, conforme planta de situação apresentada pela Companhia à AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A. e condições descritas no Contrato de Conexão com o Sistema de Distribuição (CCD) e Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD), observando o prazo legal, regulando o acesso aos sistemas de distribuição e demais direitos e obrigações das partes, conforme previsto na Resolução ANEEL nº 433/00. **2. Políticas contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras tomaram como base fatores, objetivos e subjetivos, fundamentados em julgamentos da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, a determinação de premissas atuárias, a análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade. **2.1. Base de apresentação:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas por parte da Administração no processo de aplicação de políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas nas Notas 2.7 e 2.10. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional dos negócios da Companhia. **2.2. Moeda funcional e de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$), mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. **2.3. Reconhecimento de receita:** As receitas das vendas de energia são reconhecidas quando da emissão das notas fiscais, pela efetiva entrega de energia aos clientes e quando existirem evidências persuasivas do preço por determinável e o pagamento estiver razoavelmente garantido por parte do cliente. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor. **2.5. Instrumentos financeiros:** Instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro ou passivo financeiro. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão destes ativos financeiros. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e juros" (SPPI) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado. Passivos financeiros são empréstimos e financiamentos, contas a pagar e instrumentos financeiros derivativos com valor justo negativo. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado e passivos financeiros pelo custo amortizado. A Companhia adotou o IFRS 9 a partir de 1º de outubro de 2018 e não identificou impactos para a apresentação da demonstração financeira. **2.6. Contas a receber:** São apresentadas aos valores presentes que não diferem do seu valor nominal e de realização. A provisão para créditos de realização duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. E constituída provisão em montante considerado suficiente pela administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa. **2.7. Imobilizado:** Os itens do imobilizado são apresentados pelo custo histórico menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e gastos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores. Os custos subsequentes aos valores históricos são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando a vigência do contrato, que no caso da Jaguari é 28 anos podendo ser prorrogado para mais 5 anos. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos/(perdas), líquidos" na demonstração do resultado. **2.8. Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório. Em 2019 e 2018 não foram identificados indicadores de impairment na Jaguari. **2.9. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que uma saída de recurso seja requerida para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **2.10. Ativos e passivos contingentes**

	2019	2018	
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	588	21	
Impostos e contribuições a recolher	172	38	
Salários e férias a pagar	112	110	
Partes relacionadas (Nota 6)	1.067	3.010	
Imposto de renda e contribuição social	435	433	
Provisões diversas (Nota 10)	232	161	
Outros passivos circulantes	106	-	
Total do passivo circulante	2.712	3.773	
Não circulante			
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (Nota 9)	627	627	
Provisões diversas (Nota 10)	649	618	
Total passivo não circulante	1.276	1.245	
Patrimônio líquido			
Capital social (Nota 11)	17.680	17.680	
Prejuízos acumulados	(609)	1.269	
Resultado do exercício	1.024	1.435	
Total do patrimônio líquido	18.095	20.384	
Total do passivo	22.083	25.402	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido				
Períodos findos em 30 de setembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)				
	Capital social	Reserva de lucros	Resultado do período	Total
Saldos em 30 de setembro de 2017	17.680	3.356	-	21.036
Lucro do exercício	-	-	1.435	1.435
Constituição de reserva de lucros	-	1.435	(1.435)	-
Distribuição de dividendos	-	(2.087)	-	(2.087)
Saldos em 30 de setembro de 2018	17.680	2.704	-	20.384
Lucro do exercício	-	-	1.024	1.024
Constituição de reserva de lucros	-	1.024	(1.024)	-
Distribuição de dividendos	-	(3.313)	-	(3.313)
Saldos em 30 de setembro de 2019	17.680	415	-	18.095

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

e obrigações legais: As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (a) ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; (b) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e, tampouco, divulgados; e (c) obrigações legais são registradas como exigíveis independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos. **2.11. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda (25%) e a contribuição social sobre o lucro líquido (9%) são calculados observando-se suas alíquotas nominais, que conjuntamente, totalizam 34%. O imposto de renda diferido é calculado sobre todas as diferenças temporárias, inclusive aquelas decorrentes das mudanças das práticas contábeis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que é provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para uso na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros, elaboradas e fundamentadas em premissas internas, e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. O imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais acumulados não possui prazo de prescrição, porém, a sua compensação é limitada em anos futuros em até 30% do montante do lucro tributável de cada exercício. **2.12. Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios. **2.13. Novos pronunciamentos, interpretações e orientações:** a) Emitidas pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão destas informações anuais e não adotadas antecipadamente pela Empresa: Adoção da IFRS 16 - Leases (atualmente IAS 17 - Leases and Issued) - CPC 06 - Arrendamento Mercantil: a norma não altera o entendimento sobre o arrendamento mercantil em que podemos efetivar o registro como leasing financeiro ou operacional, entretanto a nova norma prevê a facilidade de um registro único para o caso de arrendamento financeiro. A norma tem vigência a partir de 01/01/2019. A Empresa não identificou impactos com a adoção do IFRS 16, pois não possui alugueis. IFRIC 23 - Incerteza sobre tratamento de impostos sobre o lucro: a interpretação traz alguns esclarecimentos acerca do tratamento de impostos sobre o lucro. Na avaliação da incerteza a entidade deve considerar se é provável que a autoridade tributária aceite o tratamento contábil aplicado. O IFRIC 23 é efetivo para o fechamento anual a partir de 1º de janeiro de 2019, sendo que a adoção retrospectiva é permitida. A adoção desta norma pela Empresa está prevista para 1º de outubro de 2019. A Administração está avaliando os impactos da adoção do IFRIC 23. Não existem outras normas a serem emitidas que afetariam significativamente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Empresa. **3. Caixa e equivalentes de caixa**

	2019	2018
Caixa e bancos	343	338
Aplicações financeiras	8.392	11.015
	8.735	11.353

	2019	2018
Produtos acabados	286	304
Importações em andamento	11	-
Adiantamentos a fornecedores	1	-
(-) Provisão para desvalorização	(57)	(61)
	241	243

	2019	2018
Custo	30.806	30.185
Depreciação acumulada	(26.060)	(23.452)
	4.746	6.733

As movimentações do custo e de depreciação do imobilizado estão na tabela abaixo:

	Terrenos e edificações	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Obras em andamento	Total
Custo:						
Saldo em 30 de setembro de 2017	9.886	20.143	18	85	-	30.132
Adições	-	-	-	-	53	53
Saldo em 30 de setembro de 2018	9.886	20.143	18	85	53	30.185
Adições	-	8	-	-	613	621
Baixas	-	53	-	-	(53)	-
Saldo em 30 de setembro de 2019	9.886	20.204	18	85	613	30.806
Depreciação acumulada:						
Saldo em 30 de setembro de 2017	(3.384)	(17.621)	(12)	(11)	-	(21.028)
Depreciações	(389)	(2.013)	(5)	(17)	-	(2.424)
Saldo em 30 de setembro de 2018	(3.773)	(19.634)	(17)	(28)	-	(23.452)
Depreciações	(1.484)	(1.102)	(1)	(21)	-	(2.608)
Saldo em 30 de setembro de 2019	(5.257)	(20.736)	(18)	(49)	-	(26.060)
Valor residual líquido:						
Em 30 de setembro de 2018	6.113	509	1	57	53	6.733
Em 30 de setembro de 2019	4.629	(532)	-	36	613	4.746

6. Partes relacionadas:
a) **Balanço patrimonial:** A Companhia mantém operações de venda de energia a acionistas os saldos e transações estão a seguir enumerados:

	2019	2018
Ativo		
Contas a receber (i)	3.997	3.273
	3.997	3.273
Passivo		
Contas a pagar	(38)	(91)
Siemens Ltda.	(57)	(832)
Guascor do Brasil	(870)	(1.868)
Dividendos a pagar	(102)	(219)
Guascor do Brasil	(1.067)	(3.010)
Companhia Estadual de Distribuição Energia Elétrica (CEEE-D)		

(i) O valor é decorrente das contas a receber sobre a venda de energia elétrica à Companhia Estadual de Distribuição Energia Elétrica (CEEE-D), conforme contrato de concessão estabelecido pela ANEEL.

Não há títulos vencidos em 30 de setembro de 2019 e 2018.

	2019	2018
Resultado		
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)	7.008	7.487
Guascor do Brasil Ltda.	-	692

Demonstração do Resultado			
Períodos findos em 30 de setembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)			
	2019	2018	
Receita operacional líquida (Nota 12)	14.768	7.162	
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados (Nota 13)	(15.357)	(7.169)	
Lucro bruto	(589)	(7)	
Receitas (despesas) operacionais:			
Vendas, gerais e administrativas (Nota 13)	(369)	(211)	
Outras receitas (despesas) operacionais (Nota 13)	1.887	1.604	
	1.518	1.393	

Lucro antes do resultado financeiro e do imposto de renda e da contribuição social			
	2019	2018	
Receitas financeiras	660	569	
Despesas financeiras	(24)	(7)	
Resultado financeiro líquido (Nota 14)	636	562	
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.565	1.948	
Imposto de renda e contribuição social correntes (Nota 7)	(8)	(280)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 7)	(533)	(233)	
	(541)	(513)	

Lucro líquido do exercício			
	2019	2018	
Ações do capital social no final do exercício	1.024	1.435	
Lucro por lote de mil ações - R\$	57,92	81,19	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa			
Período 30 de setembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)			
	2019	2018	
Fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social	1.565	1.948	
Depreciação e amortização	2.608	2.424	
Provisão para contingências e provisões diversas	102	1.039	
Provisão para desvalorização de estoques	(4)	-	
(Acréscimo) decréscimo em ativos e passivos operacionais	6	14	
Estoques	(1.094)	(921)	
Impostos a recuperar	(1)	(308)	
Depósitos judiciais	(1)	22	
Outros ativos	567	155	
Fornecedores	134	(75)	
Imposto de renda e contribuição social pagos	(6)	(1.448)	
Salários e ordenados a pagar	2	-	
Partes relacionadas	(1.552)	607	
Outros passivos	105	(1.137)	
Caixa gerado pelas atividades operacionais	2.431	2.320	
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:			
Adições ao imobilizado	(621)	(53)	
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(621)	(53)	
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Pagamento de dividendos	(4.428)	-	
Caixa aplicado nas atividades de financiamento	(4.428)	-	
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa	(2.618)	2.267	
Caixa e equivalentes de caixa:			
No início do exercício	11.353	9.086	
No final do exercício	8.735	11.353	
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	(2.618)	2.267	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

7. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro			
a) Reconciliação da alíquota efetiva dos impostos em relação à alíquota nominal-corrente:			
	2019	2018	
Alíquota fiscal de 34% (2014: 34%)	1.565	1.948	
Ajustes relativos ao imposto de renda e contribuição social correntes do exercício	(533)	(662)	
Doações e brindes	(13)	(5)	
Ajuste antecipação de imposto de renda e contribuição social de 2017	-	164	
Out			

14. Resultado financeiro líquido

	2019	2018
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(24)	(3)
Outras	(24)	(8)
Receitas financeiras		
Juros	660	569
	660	569
Resultado financeiro líquido	636	561

15. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia. As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos: a) **Considerações sobre riscos:** i) **Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro):** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora e gerencia permanentemente os níveis de endividamento de acordo com sua política interna, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos periodicamente os limites de crédito. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é conside-

rado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

	2019	2018
Fornecedores	588	161
Obrigações trabalhistas e tributárias	719	110
Outros passivos circulantes	-	161
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	627	627
Provisões diversas (Nota 10)	649	618
Parte relacionada (Nota 6)	-	783
Dívida líquida	2.583	2.460
Patrimônio líquido	18.095	22.471
Patrimônio líquido e dívida líquida	20.678	24.931
Coefficiente de alavancagem	0,10	0,49

ii) **Risco de crédito:** A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha pela administração e com remuneração em títulos de curto prazo. A Companhia considera o risco de crédito de contas a receber baixo, tendo em vista que possui um contrato de longo prazo (PPA) com CEEE-D que não apresenta risco, pois o valor de contas a receber é o líquido entre a venda de energia e a compra de energia. iii) **Risco com taxa de juros:** O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade destas taxas. iv) **Derivativos:** Durante os exercícios findos em 30 de setembro de 2019 e 2018, a Companhia não efetuou transações nem possuía operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto nessas datas base. b) **Valorização**

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Jaguari Energética S.A. - Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Jaguari Energética S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Jaguari Energética S.A. em 30 de setembro de 2019, o desempenho da Companhia de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional

e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas

dos instrumentos financeiros: Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização: i) **Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras não circulantes:** O valor de mercado desses ativos não difere dos valores apresentados nas demonstrações financeiras (Nota 3). As taxas pactuadas refletem as condições usuais de mercado. ii) **Parte relacionada - mútuo financeiro a pagar Guascor Empreendimentos Energéticos Ltda.:** O valor de mercado desse passivo não difere dos valores apresentados nas demonstrações financeiras (Nota 6). As taxas pactuadas refletem as condições usuais de mercado.

16. Cobertura de seguros

A empresa tem por política manter cobertura de seguros nos montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades. Em 30 de setembro de 2019 e 2018, a cobertura de seguros está demonstrada a seguir:

	2019	2018
Riscos operacionais	2.430	1.871
Responsabilidade civil	44	37
Transportes	400	400
Engenharia	2.430	1.871
	5.303	4.179

As premissas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes.

Membros da Administração

Christian Schock - Diretor

Pedro Miguel Serra Oliveira - Diretor

Glauco Macedo Polo - Contador - CRC 1SP 323672/O-5

contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de janeiro de 2020.



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Catliane Tomiyama Cassemiro
Contadora CRC-1SP237960/O-0

Jaguari Energética S.A.

CNPJ nº 04.324.226/0001-07 – NIRE 43.300.042.162

Balanco Patrimonial - 30 de setembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)		
	2019	2018
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	8.735	11.353
Estoques (Nota 4)	241	243
Partes relacionadas (Nota 6)	3.997	3.273
Impostos e contribuições a recuperar (Nota 8)	2.064	970
Outros ativos circulantes	2	1
Total do ativo circulante	15.039	15.840
Não circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 7)	1.653	2.185
Depósitos judiciais	645	644
Imobilizado (Nota 5)	4.746	6.733
Total do ativo não circulante	7.044	9.562
Total do ativo	22.083	25.402

Demonstrações do Resultado Abrangente		
Períodos findos em 30 de setembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)		
	2019	2018
Lucro líquido do exercício	1.024	1.435
Resultado abrangente total	1.024	1.435

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 30 de setembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Jaguari Energética S.A. ("Companhia" ou "Jaguari") foi constituída em 20 de dezembro de 2000, tendo como objetivo principal o estudo, planejamento, projeto, construção e operação de sistemas de geração de energia elétrica. O prazo de duração da Companhia, bem como a implantação e exploração da Pequena Central Hidrelétrica (PCH), Furnas do Segredo, será o equivalente ao período da concessão emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), outorgada inicialmente por 30 anos, prorrogáveis a critério da referida agência, conforme Resolução nº 314 de 25 de agosto de 2000. Adicionalmente, a Companhia está sujeita às regras editadas por órgãos competentes que, direta ou indiretamente, venham a dispor sobre a exploração de aproveitamentos hidrelétricos. A ANEEL é uma autarquia sob o regime especial vinculada ao Ministério de Minas e Energia, com sede no Distrito Federal, criada pela Lei nº 9.427 de 26 de dezembro de 1996, que tem por finalidade regulamentar, mediar e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica. Qualquer alteração ou modificação do objeto social da Companhia pelos acionistas está sujeita à prévia e expressa aprovação da ANEEL. **Contrato de Compra e Venda de Energia (Power Purchase Agreement (PPA)):** Está em vigor o Contrato de Compra e Venda de Energia (Power Purchase Agreement (PPA)) nº JAGUARI-001/01, assinado com a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), empresa concessionária de serviços públicos de energia elétrica, em 5 de novembro de 2001. O prazo de 28 anos de vigência do contrato, a contar da data de início das operações comerciais da Jaguari, em setembro de 2005. Em 30 de novembro de 2006 foi aprovado o Termo de Cessão do contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica entre a CEEE e a Jaguari em favor da CEEE-D Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica, onde a Jaguari tem a obrigação de entregar a CEEE-D a energia assegurada pela ANEEL, mensalmente. O valor da venda para CEEE-D é realizado com base na tarifa monômnia pelo total da energia assegurada obrigatoriamente registrada na CCEE pela Jaguari. A tarifa é reajustada anualmente pela variação do Índice Geral de Preço ao Mercado (IGP-M), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Os montantes relativos à demanda de potência não são objeto de contrato. A energia elétrica é fornecida à CEEE-D no município de Jaguari, em ponto convenientemente adequado à conexão com a rede distribuidora local, conforme planta de situação apresentada pela Companhia à AES Sui Distribuidora Gaúcha de Energia S.A. e condições descritas no Contrato de Conexão com o Sistema de Distribuição (CCD) e Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD), observando o prazo legal, regulando o acesso aos sistemas de distribuição e demais direitos e obrigações das partes, conforme previsto na Resolução ANEEL nº 433/00. **2. Políticas contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras tomaram como base fatores, objetivos e subjetivos, fundamentados em julgamentos da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, a determinação de premissas atuariais, a análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade. **2.1. Base de apresentação:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas por parte da Administração no processo de aplicação de políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas nas Notas 2.7 e 2.10. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional dos negócios da Companhia. **2.2. Moeda funcional e de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$), mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. **2.3. Reconhecimento de receita:** As receitas das vendas de energia são reconhecidas quando da emissão das notas fiscais, pela efetiva entrega de energia aos clientes e quando existirem evidências persuasivas do preço por determinável e o pagamento estiver razoavelmente garantido por parte do cliente. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor. **2.5. Instrumentos financeiros:** Instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro ou passivo financeiro. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão destes ativos financeiros. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e juros" (SPPI) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado. Passivos financeiros são empréstimos e financiamentos, contas a pagar e instrumentos financeiros derivativos com valor justo negativo. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado e passivos financeiros pelo custo amortizado. A Companhia adotou o IFRS 9 a partir de 1º de outubro de 2018 e não identificou impactos para a apresentação da demonstração financeira. **2.6. Contas a receber:** São apresentadas aos valores presentes que não diferem do seu valor nominal e de realização. A provisão para créditos de realização duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. É constituída provisão em montante considerado suficiente pela administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa. **2.7. Imobilizado:** Os itens do imobilizado são apresentados pelo custo histórico menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e gastos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores. Os custos subsequentes aos valores históricos são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando a vigência do contrato, que no caso da Jaguari é 28 anos podendo ser prorrogado para mais 5 anos. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos/perdas", líquidos na demonstração do resultado. **2.8. Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório. Em 2019 e 2018 não foram identificados indicativos de *impairment* na Jaguari. **2.9. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que uma saída de recurso seja requerida para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **2.10. Ativos e passivos contingentes**

Balanco Patrimonial - 30 de setembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)		
	2019	2018
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	588	21
Impostos e contribuições a recolher	172	38
Salários e férias a pagar	112	110
Partes relacionadas (Nota 6)	1.067	3.010
Imposto de renda e contribuição social	435	433
Provisões diversas (Nota 10)	232	161
Outros passivos circulantes	106	-
Total do passivo circulante	2.712	3.773
Não circulante		
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (Nota 9)	627	627
Provisões diversas (Nota 10)	649	618
Total passivo não circulante	1.276	1.245
Patrimônio líquido		
Capital social (Nota 11)	17.680	17.680
Prejuízos acumulados	(609)	1.269
Resultado do exercício	1.024	1.435
Total do patrimônio líquido	18.095	20.384
Total do passivo	22.083	25.402

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Períodos findos em 30 de setembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	Atribuível aos controladores			
	Capital social	Reserva de lucros	Resultado do período	Total
Saldo em 30 de setembro de 2017	17.680	3.356	-	21.036
Lucro do exercício	-	-	1.435	1.435
Constituição de reserva de lucros	-	1.435	(1.435)	-
Distribuição de dividendos	-	(2.087)	-	(2.087)
Saldo em 30 de setembro de 2018	17.680	2.704	-	20.384
Lucro do exercício	-	-	1.024	1.024
Constituição de reserva de lucros	-	1.024	(1.024)	-
Distribuição de dividendos	-	(3.313)	-	(3.313)
Saldo em 30 de setembro de 2019	17.680	415	-	18.095

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

e obrigações legais: As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (a) ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes são prováveis quando as perdas forem mensuráveis como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e, tampouco, divulgados; e (c) obrigações legais são registradas como exigíveis independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos. **2.11. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda (25%) e a contribuição social sobre o lucro líquido (9%) são calculados observando-se suas alíquotas nominais, que conjuntamente, totalizam 34%. O imposto de renda diferido é calculado sobre todas as diferenças temporárias, inclusive aquelas decorrentes das mudanças das práticas contábeis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que é provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para uso na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros, elaboradas e fundamentadas em premissas internas, e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. O imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais acumulados não possui prazo de prescrição, porém, a sua compensação é limitada em anos futuros em até 30% do montante do lucro tributável de cada exercício. **2.12. Auração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios. **2.13. Novos pronunciamentos, interpretações e orientações:** a) Emitidas pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão destas informações anuais e não adotadas antecipadamente pela Empresa: Adoção da IFRS 16 - Leases (atualmente IAS 17 - Leases and Issued) - CPC 06 - Arrendamento Mercantil: a norma não altera o entendimento sobre o arrendamento mercantil em que podemos efetivar o registro como *leasing* financeiro ou operacional, entretanto a nova norma prevê a facilidade de um registro único para o caso de arrendamento financeiro. A norma tem vigência a partir de 01/01/2019. A Empresa não identificou impactos com a adoção do IFRS 16, pois não possui aluguel. IFRIC 23 - Incerteza sobre tratamento de impostos sobre o lucro: a interpretação traz alguns esclarecimentos acerca do tratamento de impostos sobre o lucro. Na avaliação da incerteza a entidade deve considerar se é provável que a autoridade tributária aceite o tratamento contábil aplicado. O IFRIC 23 é efetivo para o fechamento anual a partir de 1º de janeiro de 2019, sendo que a adoção retrospectiva é permitida. A adoção desta norma pela Empresa está prevista para 1º de outubro de 2019. A Administração está avaliando os impactos da adoção do IFRIC 23. Não existem outras normas a serem emitidas que afetariam significativamente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Empresa.

3. Caixa e equivalentes de caixa		
	2019	2018
Caixa e bancos	343	338
Aplicações financeiras	8.392	11.015
	8.735	11.353

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários e compromissos e variam entre 84% e 97,5% dos Certificados de Depósito Interbancário (CDI).

4. Estoques		
	2019	2018
Produtos acabados	286	304
Importações em andamento	11	-
Adiantamentos a fornecedores	1	-
(-) Provisão para desvalorização	(57)	(61)
	241	243

5. Imobilizado		
	2019	2018
Custo	30.806	30.185
Depreciação acumulada	(26.060)	(23.452)
	4.746	6.733

As movimentações do custo e depreciação do imobilizado estão na tabela abaixo:

	Máquinas, equipamentos e instalações		Móveis e utensílios	Veículos	Obras em andamento	Total
Custo:						
Saldo em 30 de setembro de 2017	9.886	20.143	18	85	-	30.132
Adições	-	-	-	-	53	53
Saldo em 30 de setembro de 2018	9.886	20.143	18	85	53	30.185
Adições	-	8	-	-	613	621
Baixas	-	53	-	-	(53)	-
Saldo em 30 de setembro de 2019	9.886	20.204	18	85	613	30.806
Depreciação acumulada:						
Saldo em 30 de setembro de 2017	(3.384)	(17.621)	(12)	(11)	-	(21.028)
Depreciações	(389)	(2.013)	(5)	(17)	-	(2.424)
Saldo em 30 de setembro de 2018	(3.773)	(19.634)	(17)	(28)	-	(23.452)
Depreciações	(1.484)	(1.102)	(1)	(21)	-	(2.608)
Saldo em 30 de setembro de 2019	(5.257)	(20.736)	(18)	(49)	-	(26.060)
Valor residual líquido:						
Em 30 de setembro de 2018	6.113	509	1	57	53	6.733
Em 30 de setembro de 2019	4.629	(532)	-	36	613	4.746

6. Partes relacionadas		
	2019	2018
Ativo		
Contas a receber (i)	3.997	3.273
	3.997	3.273
Passivo		
Contas a pagar		
Siemens Ltda.	(38)	(91)
Guascor do Brasil	(57)	(832)
Dividendos a pagar		
Guascor do Brasil	(870)	(1.868)
Companhia Estadual de Distribuição Energia Elétrica (CEEE-D)	(102)	(219)
	(1.067)	(3.010)

(i) O valor é decorrente das contas a receber sobre a venda de energia elétrica à Companhia Estadual de Distribuição Energia Elétrica (CEEE-D), conforme contrato de concessão estabelecido pela ANEEL.

Não há títulos vencidos em 30 de setembro de 2019 e 2018.

b) Resultado		
	2019	2018
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)	7.008	7.487
Guascor do Brasil Ltda.	-	692

Demonstração do Resultado		
Períodos findos em 30 de setembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)		
	2019	2018
Receita operacional líquida (Nota 12)	14.768	7.162
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados (Nota 13)	(15.357)	(7.169)
Lucro bruto	(589)	(7)
Receitas (despesas) operacionais:		
Vendas, gerais e administrativas (Nota 13)	(369)	(211)
Outras receitas (despesas) operacionais (Nota 13)	1.887	1.604
	1.518	1.393
Lucro antes do resultado financeiro e do imposto de renda e da contribuição social	929	1.386
Receitas financeiras	660	569
Despesas financeiras	(24)	(7)
Resultado financeiro líquido (Nota 14)	636	562
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.565	1.948
Imposto de renda e contribuição social correntes (Nota 7)	(8)	(280)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 7)	(533)	(233)
	(541)	(513)
Lucro líquido do exercício	1.024	1.435
Ações do capital social no final do exercício	17.680.000	17.680.000
Lucro por lote de mil ações - R\$	57,92	81,19

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Período 30 de setembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social	1.565	1.948
Depreciação e amortização	2.608	2.424
Provisão para contingências e provisões diversas	102	1.039
Provisão para desvalorização de estoques	(4)	-
(Acréscimo) decréscimo em ativos e passivos operacionais	6	14
Estoques	(1.094)	(921)
Impostos a recuperar	(1)	(308)
Depósitos judiciais	(1)	22
Outros ativos	567	155
Fornecedores	134	(75)
Impostos e contribuições a recolher	(6)	(1.448)
Imposto de renda e contribuição social pagas	2	-
Salários e ordenados a pagar	(1.552)	607
Partes relacionadas	105	(1.137)
Outros passivos	2.431	2.320
Caixa gerado pelas atividades operacionais	2.431	2.320

Fluxo de caixa das atividades de investimentos:		
	2019	2018
Adições ao imobilizado	(621)	(53)
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(621)	(53)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:		
Pagamento de dividendos	(4.428)	-
Caixa aplicado nas atividades de financiamento	(4.428)	-
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa	(2.618)	2.267

Caixa e equivalentes de caixa:		
	2019	2018
No início do exercício	11.353	9.086
No final do exercício	8.735	11.353
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	(2.618)	2.267

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

7. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro
a) Reconciliação da alíquota efetiva dos impostos em relação à alíquota nominal-corrente:

	2019	2018
Lucro contábil antes dos impostos sobre o lucro	1.565	1.948
Alíquota fiscal de 34% (2014: 34%)	(533)	(662)
Ajustes relativos ao imposto de renda e contribuição social correntes do exercício	(13)	(5)
Doações e brindes	-	-
Ajuste antecipação de imposto de renda e contribuição social de 2017	-	164
Outras	5	(10)
Despesa de imposto de renda e contribuição social apresentada na demonstração do resultado	(541)	(513)
Alíquota efetiva	34,57%	26,33%

b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos: O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos, apresentado no ativo não circulante, refere-se ao imposto de renda e à contribuição social sobre diferenças temporárias na apuração de resultado tributável, prejuízos fiscais e base negativa, conforme segue:

14. Resultado financeiro líquido

	2019	2018
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(24)	(3)
Outras	-	(5)
	(24)	(8)
Receitas financeiras		
Juros	660	569
	660	569
Resultado financeiro líquido	636	561

15. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia. As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de risco abaixo descritos: a) **Considerações sobre riscos:** i) **Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro):** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora e gerencia permanentemente os níveis de endividamento de acordo com sua política interna, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos periodicamente os limites de crédito. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é conside-

rado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

	2019	2018
Fornecedores	588	161
Obrigações trabalhistas e tributárias	719	110
Outros passivos circulantes	-	161
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	627	627
Provisões diversas (Nota 10)	649	618
Parte relacionada (Nota 6)	-	783
Dívida líquida	2.583	2.460
Patrimônio líquido	18.095	22.471
Patrimônio líquido e dívida líquida	20.678	24.931
Coefficiente de alavancagem	0,10	0,49

ii) **Risco de crédito:** A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha pela administração e com remuneração em títulos de curto prazo. A Companhia considera o risco de crédito de contas a receber baixo, tendo em vista que possui um contrato de longo prazo (PPA) com CEEE-D que não apresenta risco, pois o valor de contas a receber é o líquido entre a venda de energia e a compra de energia.

iii) **Risco com taxa de juros:** O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade destas taxas. iv) **Derivativos:** Durante os exercícios findos em 30 de setembro de 2019 e 2018, a Companhia não efetuou transações nem possuía operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto nessas datas base. b) **Valorização**

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Jaguari Energética S.A. - Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Jaguari Energética S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Jaguari Energética S.A. em 30 de setembro de 2019, o desempenho da Companhia de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional

e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas

dos instrumentos financeiros: Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização: i) **Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras não circulantes:** O valor de mercado desses ativos não difere dos valores apresentados nas demonstrações financeiras (Nota 3). As taxas pactuadas refletem as condições usuais de mercado. ii) **Parte relacionada - mútuo financeiro a pagar Guascor Empreendimentos Energéticos Ltda.:** O valor de mercado desse passivo não difere dos valores apresentados nas demonstrações financeiras (Nota 6). As taxas pactuadas refletem as condições usuais de mercado.

16. Cobertura de seguros

A empresa tem por política manter cobertura de seguros nos montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades. Em 30 de setembro de 2019 e 2018, a cobertura de seguros está demonstrada a seguir:

	2019	2018
Riscos operacionais	2.430	1.871
Responsabilidade civil	44	37
Transportes	400	400
Engenharia	2.430	1.871
	5.303	4.179

As premissas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes.

Membros da Administração

Christian Schock - Diretor

Pedro Miguel Serra Oliveira - Diretor

Glauro Macedo Polo - Contador - CRC 1SP 323672/O-5

contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de janeiro de 2020.



EY
Building a better
working world
ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Catlaine Tomiyama Cassemiro
Contadora CRC-1SP237960/O-0